



A Juventude brasileira e a educação

Marcos Roberto Mesquita*

Gessé Marques Junior**

Anderson Azevedo Simões***

Introdução

É necessário analisar a relação entre educação e juventude, por isso este artigo busca entender quais são as condições encontradas pelos jovens no seu processo de escolarização, e como essas condições refletem na formação profissional dos jovens e nas suas possibilidades no mercado de trabalho e no acesso a direitos.

Ao se discutir a relação entre educação e juventude, não se pode esquecer que a educação é um direito e uma exigência para que os jovens possam compreender as mudanças enfrentadas pela sociedade em que vivem, e para que tenham a formação necessária para conseguir um emprego e exercerem uma profissão. Contudo, uma parte da juventude brasileira ainda não consegue chegar ao Ensino Médio e ao Ensino Superior, ao mesmo tempo em que as condições de acesso à educação variam conforme a renda e a classe social em que se localizam parte os jovens.

O objetivo do artigo é discutir o conceito de juventude e a relação desse grupo social com a educação, a partir da bibliografia sobre o tema, e da análise de dados recentes do IBGE, especialmente aqueles da PNAD de 2008, 2009 e 2011¹. Os dados permitem perceber os avanços educacionais e as diferenças no acesso à educação entre os diferentes perfis de jovens, bem como situações em que são necessárias mudanças para que ocorram avanços na escolarização dos jovens brasileiros garantindo melhor capacitação e inserção no mercado de trabalho.

*Pesquisador da Anhanguera Educacional, Grupo de pesquisa "Trabalho e Juventude no Brasil dos anos 2000", financiado pela Funadesp.

**Pesquisador da Anhanguera Educacional, Grupo de pesquisa "Trabalho e Juventude no Brasil dos anos 2000", financiado pela Funadesp.

***Graduando em Administração de Empresas, Anhanguera Educacional, FAC 1 Campinas, realiza iniciação científica no grupo "Trabalho e Juventude no Brasil dos anos 2000", financiado pela Funadesp.

1. O conceito de juventude

A juventude é uma categoria sociológica, e pode ser caracterizada por um grupo de indivíduos que passa por um momento específico da vida, que em termos etários se caracteriza como um momento de transição em direção à fase adulta. Os jovens, como todos os grupos sociais, sofrem influências e influenciam os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais nos quais se inserem.

A delimitação etária de juventude usada neste artigo tem como referência a Organização das Nações Unidas (ONU), que define os jovens como os indivíduos que estão na faixa etária entre 15 e 24 anos de idade.

Além desta delimitação etária, dentro de um contexto supostamente homogêneo como no interior da nação, há uma grande diversidade e conflitos de sentidos e significados do que é ser jovem. Autores como Pais (1990) e Abramo (2005) entendem que não se pode pensar em juventude em um sentido homogêneo e singular, mas em juventudes. Deste modo, criam possibilidades diferenciadas de construção e entendimento do conceito de juventude que possa abranger diversidade regional, cultural, social e educacional. O objetivo é evitar um empobrecimento e uma simplificação deste conceito, pois é necessário pensar a relação entre o local, regional e brasileiro, entre diferentes percepções que se apresentam enquanto diversidade de sentidos e de ações diferenciadas (Velho & Duarte, 2010):

“Na realidade, reconhece-se a importância de refletir sobre essas juventudes com uma visão comparativa, procurando estar atento tanto para suas dimensões locais como para sua dimensão de fenômeno mundial. (VELHO & DUARTE, 2010, 7)”.

Apesar destas importantes considerações, para que possamos entender o contexto brasileiro, e pensarmos de um modo mais global sobre a juventude brasileira, iniciaremos apresentando dados acerca desta população ao longo dos anos 2000.

Tabela 1 - População total e juvenil do Brasil nos anos entre 2001 e 2009 (em mil pessoas) e participação da população juvenil na população total (em%)

Ano	População total	População juvenil	Participação da população juvenil em relação à população total
2001	169.369	33.304	19,6%
2002	171.667	33.464	19,5%
2003	175.988	34.249	19,5%
2004	182.060	34.814	19,1%
2005	184.601	35.092	19,0%
2006	187.228	34.710	18,5%
2007	188.029	33.822	18,0%
2008	189.953	33.532	17,6%
2009	191.796	33.434	17,4%
2011	195.243	33.078	16,9

Fonte: PNAD (IBGE) 2001 – 2011.

A partir dos dados apresentados na Tabela 1 podemos salientar que a queda percentual da população juvenil no país se dá desde 2001, mas se acentua no ano de 2005. A população total tem crescido anualmente mais rapidamente do que os jovens.

2. Juventude e educação

A representatividade desta população e sua participação no mercado de trabalho deve ter como parâmetro o acesso à educação, pois, sendo de grande importância para a formação dos novos cidadãos e de profissionais capacitados, ela ainda não é garantida a todos os jovens, visto que muitos ainda não terminaram o Ensino Fundamental e nem todos têm a possibilidade de concluir o Ensino Médio ou de chegar à universidade.

Partindo de dados nacionais e pensando nas questões específicas e diferenciais da população juvenil, nosso objetivo é pensar como a educação

se apresenta e não abrange os diferentes grupos de jovens brasileiros.

Silva e Oliveira (2007) afirmam que os jovens passam um longo tempo de suas vidas na escola. Todavia, somente uma parte minoritária destes os jovens é ‘poupada’ da inserção precoce no mercado de trabalho e das responsabilidades típicas do mundo adulto. Por outro lado, a maior parte deles, mesmo que frequente a escola, encontra-se inserida no mercado de trabalho e tem que conciliar o tempo de trabalho com a dedicação aos estudos. Além destes, muitos jovens abandonam os estudos para trabalhar e comprometem o processo de capacitação profissional e pessoal, diminuindo as possibilidades e desenvolvimento social e ocupacional futuros, aprofundando e solidificando estruturalmente as desigualdades sociais.

Em termos de estratificação social, Saraví (2009) afirma que a renda familiar e as condições do lar de origem influenciam o desempenho escolar, o acesso ao Ensino Médio

e ao Ensino Superior. Para os jovens dos estratos sociais médios e altos, a conclusão do Ensino Médio é de grande importância e é estimulada pela família, que tem condições de planejamento e projeto de vida em longo prazo para seus filhos. Para os jovens de menor renda, a escola de modo geral e especialmente o Ensino Médio, se torna menos importantes, pois, apesar de esperarem que esta instituição garanta melhores oportunidades de trabalho, esta resposta não ocorre como esperado. Os autores afirmam que há um crescente desânimo quanto à escola e às atividades relacionadas ao processo educativo. Como parte do contexto social onde estão inseridos, os pais destes jovens nem sempre valorizam a conclusão da formação escolar, levando ao aumento da evasão durante o Ensino Médio e à inserção precoce no mercado de trabalho.

Saraví (2009) cita pesquisas realizadas na Argentina e no México que indicam que há entre os jovens pobres a ideia de que estar na escola significa perda de tempo, e que entendem que ela não permite transformações importantes em suas vidas. Além disso, a baixa renda familiar também é um importante elemento que estimula o abandono da escola e o ingresso prematuro no mercado de trabalho. A relação entre o presente de evasão e inserção precoce no mercado de trabalho terá reflexos futuros na estratificação e mobilidade social. Saraví conclui que a escola como meio de mobilidade e integração social tem perdido espaço para outras instituições e enfrenta a competição de rotas alternativas de ascensão social tais como o trabalho precoce e o envolvimento em atividades ilícitas.

Segundo dados apresentados por Segnini (2000), houve um significativo avanço na escolarização dos jovens brasileiros, pois permanecem

por mais tempo e conseguem maior escolaridade do que as gerações anteriores. O aumento nos anos de estudo favorece a juventude no acesso às novas tecnologias, à informação e ao conhecimento, facilitando o ingresso no mundo do trabalho. Entretanto, o rápido avanço tecnológico e a alta competitividade do mercado de trabalho exigem ainda mais do que estes jovens estão conseguindo com os anos de estudos, que, apesar de crescentes, não são suficientes nas novas formas de trabalho.

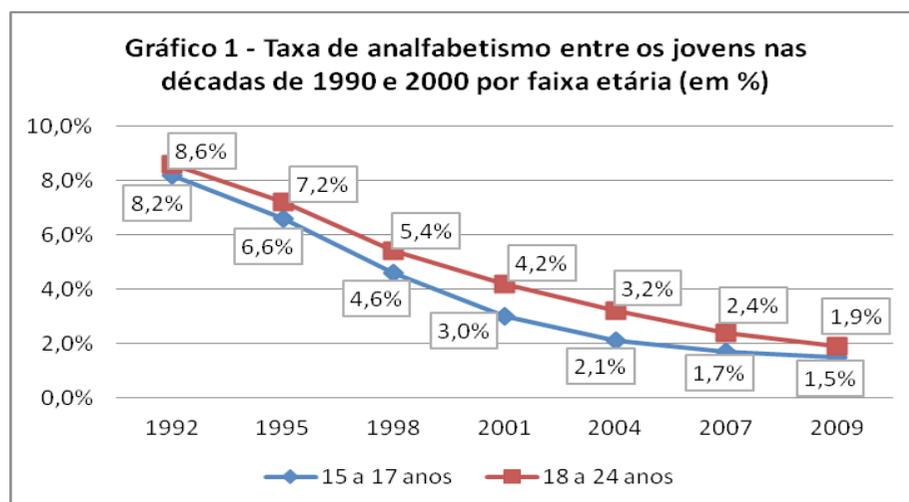
Outra característica salientada pelo autor é que há oportunidades limitadas de escolarização, pois nem todos os jovens têm acesso à educação e muitos interrompem o processo de escolarização em favor do ingresso precoce e necessário no mercado de trabalho. A relação entre trabalho e escolarização leva a população mais empobrecida a abandonar a escola e mais tarde retornar a ela. Esta característica indica que, ao contrário das classes sociais mais favorecidas que podem ter uma trajetória escolar marcada por abandonos e por irregularidades das idas e vindas. Guerreiro e Abrantes (2005) compreendem que para os jovens das classes populares os trajetos da escola para o trabalho ten-

dem a se transformar em trajetórias "ioiô", visto que alternam períodos de desemprego, emprego precário e formação escolar.

Apesar da evasão e da irregularidade no nível de formação escolar há uma queda no analfabetismo juvenil. Esta queda é o resultado do aumento de vagas nas escolas e da possibilidade que muitos jovens, ainda que pobres, tiveram no acesso à escola. Nas últimas décadas o sistema educacional ampliou o número de crianças e jovens incorporados e alfabetizados. Contudo, quando se analisam os dados sobre o analfabetismo, percebe-se que ele é mais intenso no Norte e no Nordeste do Brasil. No grupo de 15 a 17 anos se encontra a menor incidência de analfabetos, indicando um avanço em relação a outras gerações de jovens e aos seus pais. Sobre esta situação Waiselfisz (2007) afirma:

"No que diz respeito aos jovens de 15 a 24 anos – objeto desta pesquisa, os índices de analfabetismo indicam uma situação bem melhor, apresentando uma significativa melhoria, o que origina um diferencial significativo com respeito ao restante da população. (Pág. 29).

O gráfico 1 trata da taxa de analfabetismo registrada entre os jovens brasileiros ao longo das duas últimas décadas.



Fonte: PNAD (IBGE) 1992 - 2005²

Os dados da PNAD 2009 demonstram que há diferenças no acesso à educação devido à cor e à raça, pois o analfabetismo entre os jovens negros é duas vezes maior que entre os brancos e amarelos, mas vem caindo na última década.

As diferenças entre campo e cidade também são percebidas nestes dados, pois, no ano de 2009, o nível de escolaridade dos jovens das zonas rurais era 30% menor que o dos jovens das zonas urbanas. Convém destacar que o analfabetismo também é superior entre os jovens das zonas rurais.

A partir dos dados da Tabela 3 se verifica que a média de anos de estudo no ano de 2009 é maior que no ano de 2002 para todas as faixas etárias juvenis e para os dois gêneros. Isso é resultado do avanço do Ensino Fundamental e Médio durante os anos 2000, contudo, esse avanço se deu mais na quantidade de indivíduos nas escolas do que na melhoria da qualidade de ensino, especialmente pelo grande número de analfabetos funcionais existentes no país. Além disso, nos dois anos analisados as mulheres jovens têm mais anos de estudo que os homens jovens, independente da faixa etária. Waiselfisz (2007) aborda a questão do analfabetismo funcional:

“No âmbito educacional, avanços lentos e contínuos, ao menos, nos aspectos quantitativos: quedas nas taxas de analfabetismo juvenil, em que, ao menos nos aspectos formais, o analfabetismo existente é só residual, mas com taxas ainda muito elevadas e preocupantes de analfabetismo funcional.” (Pág. 64).

A tabela 2 trata da média de anos de estudo dos jovens por faixa etária e gênero.

Tabela 2 - Média de anos de estudo dos jovens nos anos de 2002 e 2009, por faixa etária e gênero

Ano	Faixa etária	Anos de estudo total	Anos de estudo homens	Anos de estudo mulheres
2002	15 a 17 anos	6,7	6,4	7,0
	18 e 19 anos	8,0	7,6	8,4
	20 a 24 anos	8,2	7,8	8,6
2009	15 a 17 anos	7,4	7,1	7,7
	18 e 19 anos	9,0	8,6	9,4
	20 a 24 anos	9,6	9,3	10,0
2011	15 a 17 anos	7,5	7,2	7,8
	18 e 19 anos	9,1	8,7	9,5
	20 a 24 anos	9,9	9,3	10,2

Fonte: PNAD (IBGE) 2002, 2009 e 2011

Ao analisar os dados de 2009, percebe-se que a média de anos de estudo entre aqueles de 15 a 17 anos é quase idêntica à registrada entre os adultos, que é de 7,2 anos. Porém, é maior entre os de 18 e 19 anos e de 20 a 24 anos. As mulheres têm tido papel importante para aumentar a escolaridade da população juvenil, pois elas ficam mais anos na escola. Isso ocorre porque ingressam mais tarde no mercado de trabalho porque realizam trabalhos domésticos como o cuidado da casa e dos irmãos mais novos enquanto os pais trabalham. A variável gênero pode tornar ainda mais complexo o conceito de juventude.

É interessante notar que a taxa de escolarização³ aumentou entre os

anos de 2005 e 2006, caiu em 2007 e cresceu em 2008 e 2009 apenas para a faixa etária de 15 a 17 anos. Mas tem queda para as duas faixas etárias no ano de 2011, o que faz a taxa ficar próxima daquela verificada em 2008, isto se mantido poderá se transformar em algo preocupante quando se pensa a escolarização dos jovens.

Os dados indicam ainda que, na faixa etária entre 15 e 17 anos, não são todos os jovens que estão na escola e essa situação indica que muitos indivíduos desse grupo ainda se encontram impossibilitados de terminar o ensino básico. Entre os jovens de 18 e 24 anos de idade, aproximadamente um terço deles se encontra na escola, seja no Ensino Básico ou no curso superior.



Tabela 3 – Taxa de escolarização dos jovens entre os anos de 2005 e 2011, por faixa etária e gênero (em %)

Ano	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
2005	15 a 17	81,2	82,2	81,7
2005	18 a 24	30,6	32,5	31,6
2006	15 a 17	81,6	82,7	82,2
2006	18 a 24	30,7	32,8	31,7
2007	15 a 17	81,3	83,0	82,1
2007	18 a 24	30,0	31,8	30,9
2008	15 a 17	83,5	84,8	84,1
2008	18 a 24	28,9	32,0	30,5
2009	15 a 17	84,1	86,3	85,2
2009	18 a 24	28,5	32,2	30,3
2011	15 a 17	83,1	84,4	83,7
2011	18 a 24	27,1	30,6	28,9

Fonte: PNAD (IBGE) 2005 - 2011

Os dados da PNAD 2008 também demonstram que no grupo formado por aqueles que têm entre 18 e 24 anos, apenas 13% deles estão no Ensino Superior. Isso é explicado pelo fato de que muitos jovens a partir dos 18 anos de idade se dedicam apenas ao trabalho e também porque os Ensinos Médio e Superior não estão ao alcance de todos os jovens, especialmente pelas dificuldades existentes de manutenção e custos dos estudos, ou mesmo porque não há número de vagas suficientes em instituições públicas para todos que querem estudar. Estes dados vêm corroborar as afirmações anteriores de diferenciação da população no acesso e permanência escolar, dado que a permanência na escola e inserção no mundo adulto é diferenciada de acordo com região geográfica, classe social e gênero.

Os mesmos dados indicam que entre os jovens de 15 a 17 anos, apenas 50,4% frequentam o Ensino Médio na idade adequada e 44% ainda não completaram o Ensino Fundamental, sendo que nas regiões

Norte e Nordeste o quadro é mais desfavorável do que no restante do país. Em relação àqueles de 18 anos de idade, 75% deles ainda não completaram o Ensino Médio, melhorando o quadro já que em 1992 esse número era de 93%. Apesar da melhora no setor educacional, muito ainda precisa ser feito, pois faltam vagas no Ensino Médio e há outros fatores que influenciam para a não conclusão desta etapa de ensino: a evasão escolar, a inserção precoce no mercado de trabalho e a distorção entre a série cursada e a idade, normalmente causada pela repetência. Quando pensamos na sociedade de informação e das necessidades contemporâneas de formação de quadros para o trabalho, não completar o Ensino Médio pode implicar situações de vulnerabilidade social e escassas possibilidades de acesso a melhores e mais rentáveis postos de trabalho.

De acordo com a PNAD 2008, o índice de jovens de até 24 anos que possuem o Ensino Médio completo é de 36,8%, e esta taxa é o dobro

da registrada em 1998, uma vez que nesse período a taxa era de apenas 18,1%. Outro dado importante da PNAD refere-se a questões étnicas, pois em 2008 havia três vezes mais negros frequentando o Ensino Médio do que em 1998.

A tabela a seguir traz dados relevantes sobre a situação educacional no ano de 2008. Um aspecto negativo é que há 3,7% dos jovens de 18 a 24 anos que cursam o Ensino Fundamental, normalmente na EJA (Educação de Jovens e Adultos). Isto indica que muitos abandonaram a escola e depois de algum tempo retornaram aos estudos. E, segundo a PNAD, somente 50,4% dos jovens em 2008 estavam no Ensino Médio; resultado da falta de vagas no Ensino Médio e do atraso escolar. Essa situação é analisada por Waiselfisz (2007) que afirma que muitos jovens quando estão na escola se encontram em um nível de ensino que não é compatível com sua idade, o que está relacionado a dois aspectos principais: ingresso tardio a escola e a casos de repetência.

Os dados da PNAD informam que nas Regiões Norte e Nordeste apenas dois em cada cinco jovens de 15 a 17 anos de idade frequentam o Ensino Médio. Enquanto na Região Sudeste, mais de 60% dos jovens dessa faixa etária cursam esse nível de ensino. Entre os mais pobres, somente 32% estão no Ensino Médio, ao passo que entre os de maior renda, esse número chega a 77,9%. Estes dados indicam que a diferenciação regional está relacionada à estratificação social, impondo, deste modo, sentidos espaciais e de classe ao conceito de juventude, e impedindo assim um entendimento homogêneo do que é ser jovem e da participação no mercado de trabalho e de inserção na vida adulta

Tabela 4 - Situação educacional dos jovens brasileiros no ano de 2008 (em %)

	15 a 17 anos de idade	18 a 24 anos de idade
Analfabetos	1,7	2,4
Cursam o Ensino Fundamental	32,5	3,7
Cursam o Ensino Médio	50,4	12,7
Cursam o Ensino Superior	0,6	13,9
Cursam a alfabetização de jovens e adultos	0,1	0,2
Estão fora da escola	14,7	67,1

Fonte: PNAD (IBGE) 2008

O número de jovens fora da escola é elevado, sobretudo para aqueles que têm entre 18 e 24 anos de idade. Estar fora da escola implica não ter acesso aos conhecimentos básicos para a formação como ser humano, cidadão e profissional. Se um jovem que abandonou a escola conseguir ingressar no mercado de trabalho, ele provavelmente terá acesso a empregos de pior qualidade, marcados muitas vezes por direitos trabalhistas e salários precários. Há casos de jovens que abandonam os estudos por causa de um emprego. Quando eles fazem isso, podem até achar que tomaram uma decisão acertada, mas um bom trabalho aos 18 anos de idade pode não ser o mesmo bom trabalho aos 22 anos.

Os dados apresentados permitem afirmar que no Brasil o processo de escolarização da juventude é caracterizado por oportunidades desiguais entre brancos e não brancos, ricos e pobres, bem como entre os moradores das áreas urbanas e os que residem em áreas rurais, assim como o acesso a escolarização varia entre as diferentes regiões do país. Os dados da PNAD demonstram que na faixa etária entre 15 e 17 anos de idade, a maior parte dos educandos cursa o ensino médio em instituições públicas. Na faixa etária entre 18 e 24 anos tem crescido a quantidade

de jovens que estudam em instituições privadas de ensino Superior.

Na visão de Corbucci et. al. (2009), é histórica a desigualdade no que se refere ao acesso à educação formal entre jovens das áreas urbanas e rurais. Segundo os autores, tem ocorrido nos últimos anos a redução das diferenças entre áreas urbanas e rurais apenas no Ensino Fundamental, visto que no Ensino Médio

uma grande diferença permanece.

A partir dos dados da PNAD 2008, verificam-se duas situações: aumento na taxa de escolarização e piora na qualidade de ensino e de aprendizagem dos jovens. “Frente a isso, parece cada vez mais evidente o fracasso dos sistemas nacionais de educação e de integração social para atender à população juvenil” (POCHMANN, 2007, p. 2).

Outros dados importantes para pensar a situação dos jovens de 18 a 24 anos estão na PNAD 2009, que demonstram que as jovens adquirem nível de escolaridade superior ao registrado entre os jovens em todas as Grandes Regiões. Apenas 37,9% dos jovens entre 18 e 24 anos possuem 11 anos de estudo, isso indica que muitos não conseguem terminar o Ensino Médio e que há um grupo que não consegue nem chegar a esse nível de ensino, junto a isso ocorre uma distorção entre idade e série cursada.

Tabela 5 - Jovens de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo, por gênero e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões brasileiras, no ano de 2009

Grandes Regiões	Total	Gênero		Cor ou raça		
		Homens	Mulheres	Branca	Preta	Parda
Brasil	37,9	35,2	40,6	41,6	36,1	34,4
Norte	32,1	30,4	33,8	36,3	32,4	30,8
Nordeste	31,8	27,3	36,2	35,3	34,1	29,9
Sudeste	44,0	41,8	46,4	45,9	39,8	42,3
Sul	38,2	36,7	39,7	40,1	31,7	31,1
Centro-Oeste	35,1	32,6	37,5	36,6	30,1	34,6

Fonte: PNAD (IBGE) 2009.

Pode-se observar também uma grande diferença entre o nível de escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos de idade moradores das Regiões Sudeste e Sul quando comparados ao dos moradores da Região Norte e Nordeste. Tanto que na Região Sudeste 44% dos jovens dessa faixa etária possuem 11 anos de es-

tudo, e na Região Nordeste somente 31,8% chega a esse nível de escolaridade. Existe também a diferença dos jovens de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo por cor ou raça e isso fica evidente na tabela, sobretudo porque os brancos representam um número maior desses jovens. Em seguida vem o grupo dos negros e

dos pardos que representam o menor grupo de jovens com 11 anos de estudo, exceção apenas nas Regiões Sudeste e Centro Oeste, onde o menor grupo é formado pelos jovens negros.

O estudo da OIT 'Perfil do Trabalho Decente no Brasil' (2012) demonstra que entre os jovens negros é maior o número dos que não estudam e nem trabalham. No que se refere às jovens negras, o número das que não estão na escola e nem realizam atividade profissional é duas vezes maior do que a dos jovens brancos do sexo masculino. Um dado chama a atenção nesta situação: em cinco Estados o percentual das jovens negras que nem estudam e nem trabalham alcançou pelo menos um terço delas em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pará e Roraima. E em três Estados brasileiros a proporção dos que não estudavam e nem trabalhavam chegava a 25% da população juvenil: Pernambuco, Alagoas e Amapá.

3. Os jovens brasileiros no Ensino Superior

A partir dos dados de participação e de escolaridade, agora vamos discutir os dados da PNAD, houve crescimento no número de jovens universitários no Brasil. No ano de 1998, cerca de 7% dos jovens estavam matriculados em uma universidade. Enquanto que, em 2008, a taxa subiu para 13,9%. Dois fatores foram importantes para esse crescimento: a expansão das instituições de ensino superior privadas e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) do governo federal. Contudo, é preciso destacar que, apesar deste aumento, o Brasil tem uma porcentagem inferior à registrada nos países centrais e em alguns países periféricos, tais como o Chile, conforme indicam dados da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

A PNAD revela que em 2009, 14,4% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam matriculados no Ensino Superior. Mas, há uma grande diferença por regiões, enquanto no Sul, 19,2% dos jovens estavam no Ensino Superior, no Nordeste, esse índice é inferior a 10%. As diferenças também ocorrem entre os jovens moradores das áreas urbanas e das áreas rurais, visto que apenas 4,3% dos jovens moradores de áreas rurais frequentam o Ensino Superior, enquanto este índice chega a 18,2% entre aqueles que moram nas áreas urbanas.

Outra diferenciação indicada pela PNAD 2009 é que os jovens negros estão em menor número no Ensino Superior quando comparados aos brancos, com uma expressiva diferença de 8,3% e 21,3%, respectivamente.

Boa parte da juventude (18-24 anos) que trabalha financia sua formação. A quantidade de instituições de ensino superior (IES) tem crescido anualmente; em 2007 a quantidade era 13,3% maior do que em 2004, com destaque às IES particulares, que representam 88,3% do total de IES no Brasil, segundo dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa). Vale salientar que o Ensino Superior no Brasil cresce em média de 7% ao ano. Portanto, o número de IES públicas atende a uma pequena parcela do contingente jovem.

Aqui nos deparamos com uma problemática acentuada no Brasil, pois segundo Morosini (2012), para o decênio 2011-2020, o governo federal tem como meta elevar a taxa líquida de matrícula para 33% da população de 18 a 24 anos. Isso implica o aumento da oferta de vagas e na facilidade do acesso às IES, seja através de programas de seleção como o ENEM/SISU ou de financiamentos estudantis (PROUNI, FIES), o que solve uma parcela das dificuldades de acesso a uma boa IES. Por outro lado, ainda é grande o abismo que há entre as próprias instituições pú-

blicas de base e de ensino superior. Enquanto que o ensino fundamental e médio, oferecido pelo Estado, atende a população menos favorecida, o ensino superior público acaba por abranger a parcela mais favorecida da sociedade. E isto ocorre em especial pelas condições de acesso exigidas por estas IES. Enquanto o ensino médio público não prepara adequadamente o aluno, a universidade pública tem alto grau de exigência e envolvimento acadêmico, o que na maioria das vezes é um entrave para o aluno trabalhador.

Juntando com os dados anteriores, cria-se, portanto, o paradigma boa formação versus experiência profissional. Que implica em diferença de classe, de tempo de escola, de ficar na escola e não entrar no mundo adulto, mercado de trabalho, tipo de ensino e formação para classes mais altas. Por outro, formação profissional, de entrada no mercado de trabalho, que abrevia juventude e implica inserção precoce no mercado de trabalho. Há uma interessante reflexão de Borges (2009) sobre esta discussão:

“No Brasil, a interrupção dos padrões de transição escola-trabalho que vigoraram a partir da industrialização iniciou-se na crise da década de 80 e se completou nos primeiros anos da década de 90, quando o desemprego massivo de jovens e a precariedade, a instabilidade e a insegurança do trabalho juvenil se impuseram como norma aumentando, de forma exponencial, os contingentes de jovens vulnerabilizados e vivenciando situações de risco. A partir de então, todos os indicadores do mercado de trabalho apontam os jovens como o segmento mais afetado pela reestruturação produtiva do final do século passado, colocando o problema da “inserção juvenil no mercado de trabalho” nas pautas de discussão da sociedade, da academia e do Estado, ensejando a construção de políticas públicas específicas. (Pág. 218).

De um lado jovens minoritários de classes mais abastadas que muitas vezes têm o seu primeiro emprego, mas trazem consigo uma formação voltada às demandas mais exigentes e mais rentáveis, que também apresentam um segundo idioma e muitas vezes experiência internacional obtida em um intercâmbio. São estudantes trabalhadores, que escolhem área de estudo e depois tem condições de arrumar melhores empregos, colocação no mercado.

Do outro lado está a parcela majoritária de trabalhadores estudantes que representa a maioria dos jovens, que começou a trabalhar mais cedo e que buscam a formação superior depois de já terem iniciado sua vida profissional. Em muitos processos seletivos as empresas buscam experiência profissional, mas em outros tantos processos o que vale é a boa formação. Ou seja, a busca pela constante capacitação é um requisito de empregabilidade que, aliada a experiência de alguns anos, torna o profissional mais atrativo às vagas ofertadas. Há uma interessante reflexão de Comin e Barbosa sobre a situação dos trabalhadores estudantes:

“Por ora, parece mais razoável trabalhar com a hipótese de que são a inserção profissional já alcançada pelos indivíduos e a busca por se manter e progredir no mercado de trabalho o que explica esse movimento de volta à escola. (Pág. 79)”.

Para salientar ainda mais o caráter de classe envolvido na relação educação e trabalho torna-se importante afirmar que a renda familiar é um fator que influencia no acesso ao Ensino Superior, conforme demonstram dados do INEP. Segundo esses dados, 50% dos jovens entre 18 e 24 anos de idade de famílias com renda familiar superior a 5 salários mínimos, estão no Ensino Superior. Enquanto que os jovens de famílias

que possuem renda de até 3 salários mínimos, apenas 12% estão matriculados no Ensino Superior.

A PNAD 2009 indica que os jovens de 18 a 24 anos que possuem mais de 11 anos de estudo representam apenas 15,1%, sendo os dados ainda piores nas Regiões Norte e Nordeste. Vale salientar que esses dados demonstram que o Ensino Superior ainda está distante de parte considerável da juventude. Além disso, somente 15,2% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos e que fazem parte da PEA (População Economicamente Ativa) possuem mais de 11 anos de estudo.

4. Conclusões

A juventude é um grupo social marcado por uma grande diferenciação social, sobretudo em países extremamente desiguais, como o Brasil. Por isso, pode-se afirmar que não existe uma homogeneidade do conceito sociológico de juventude, mas heterogeneidade marcada pela diferenciação de classe, de gênero, de região geográfica, de participação no mercado de trabalho, de acesso ao ensino, entre outras formas de diferenciação, inclusive no que se refere ao acesso às políticas públicas de educação e saúde.

A educação é relevante no processo de formação de cidadãos e profissionais e para a maioria dos jovens ela pode abrir um leque de novas oportunidades, sobretudo para as classes populares. Nem sempre ela proporciona maiores oportunidades, especialmente porque devido a baixa qualidade de ensino, muitas vezes não se forma nem o bom profissional e nem o cidadão consciente de seus direitos e deveres.

Contudo, a educação no Brasil ainda não é garantida a todos os jovens, tornando-se um direito constitucional que não é respeitado integralmente, visto que o acesso à educação varia a partir de alguns

indicadores, como a raça, o gênero, o local de moradia (região do país, zona urbana x zona rural, entre outros) e a classe social. A desigualdade no acesso à escola pode implicar em menores chances no mercado de trabalho e até a persistência de situações de pobreza e de exclusão social.

Há também um movimento comum entre a parte mais empobrecida dos jovens brasileiros de marcar suas vidas pela alternância entre a permanência na escola e a inserção ocupacional, e também de se manterem ao mesmo tempo nestas duas situações. Um elemento que prejudica a escolarização de muitos de nossos jovens é a inserção precoce no mercado de trabalho, que está relacionada a grande desigualdade social brasileira e a certa valorização moral do trabalho, como elemento que pode retirar os jovens da criminalidade.

Não se pode negar os avanços, como o crescimento de matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio nas últimas décadas, assim como no Ensino Superior, além da queda do analfabetismo. Contudo, esse crescimento é ainda insuficiente para diminuirmos as diferenças entre pobres e ricos no acesso à escola. Caso essas diferenças não sejam diminuídas elas vão se manter ou se ampliar no mercado de trabalho e no acesso a direitos necessários para a sobrevivência dos indivíduos.



Notas

- 1 Pesquisador da Anhanguera Educacional, Grupo de pesquisa “Trabalho e Juventude no Brasil dos anos 2000”, financiado pela Funadesp.
- 2 Pesquisador da Anhanguera Educacional, Grupo de pesquisa “Trabalho e Juventude no Brasil dos anos 2000”, financiado pela Funadesp.
- 3 Graduando em Administração de Empresas, Anhanguera Educacional, FAC 1 Campinas, realiza iniciação científica no grupo “Trabalho e Juventude no Brasil dos anos 2000”, financiado pela Funadesp.
- 4 Em anos de Censo, como 2010, a PNAD não é realizada.
- 5 A PNAD 2011 demonstra que a taxa de analfabetismo entre os jovens de 15 a 17 anos é de 1,2%, o que denota um movimento de continuação da queda do analfabetismo neste grupo. Nessa PNAD não foi divulgado os dados para a faixa de 18 a 24 anos, apenas para aquela entre 15 e 24 anos, que representava uma taxa de analfabetismo de 1,5%.
- 6 A taxa de escolarização pode ser definida como a parcela da população total que está matriculada em instituições de ensino, tal como define o IBGE.

Bibliografia

- ABRAMO, Helena Wendel. “Condição juvenil no Brasil contemporâneo”. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- BORGES, Ângela. “Jovens e trabalho: questões a partir da análise dos mercados de trabalho metropolitanos no Brasil”. In: NEFFA, Julio César. *Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidad laborales*. Buenos Aires: CLACSO, 2009.
- COMIN, Álvaro & BARBOSA, Rogério Jerônimo “Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 91. São Paulo: CEBRAP, novembro de 2011.
- CORBUCCI, Paulo Roberto et al. “Situação educacional dos jovens brasileiros”. In: CASTRO, Jorge Abrahão de et al (org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.
- GUERREIRO, Maria das Dores & ABRANTES, Pedro. “Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada.” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 20, nº 58, junho/2005.
- MOROSINI, Maria Costa. “O Brasil e a Educação Superior”. In: *Congress of the Latin American Studies Association*. San Francisco, EUA, 2012. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2012/files/31918.pdf>. Acesso em 20/05/2012.
- OIT. Perfil do Trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília. OIT, 2012.
- PAIS, José Machado. “A construção sociológica da juventude – alguns contribuctos”. *Análise social*. Volumen XXV (105-106). Lisboa, 1990.
- POCHMANN, Marcio. “Crise e trabalho nas metrópoles”. *Nota Técnica*. Brasília: IPEA, julho de 2007.
- SARAVÍ, Gonzalo A. “Juventud y sentidos de pertencia em América Latina: causas y riesgos de fragmentación social”. In: *Revista Cepal*, nº 98. Santiago – Chile: agosto de 2009.
- SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. “Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente”. In: *São Paulo em Perspectiva*, 14(2). São Paulo: Fundação SEADE, 2000.
- SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli e OLIVEIRA, Rosemary Batista de. “Juventudes, educação e trabalho”. In: JEOLÁS, Leila Sollberger et al. *Juventude, desigualdades e diversidades*. Londrina: Eduel, 2007
- VELHO, Gilberto & DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). *Juventude contemporânea: culturas, gostos e carreiras*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Relatório de Desenvolvimento Juvenil*. Brasília: Instituto Sangari e Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007.